

Família, mentiras e um gravador: o vínculo de parentesco entre pesquisador e narrador e suas conseqüências metodológicas*

Verônica Sales Pereira**

Resumo: Este artigo discute alguns aspectos metodológicos presentes numa experiência não muito usual na pesquisa acadêmica: a existência do vínculo familiar entre o pesquisador e o "objeto" de pesquisa, no caso, entre filha e pai. O primeiro aspecto envolve a problematização de algumas hipóteses sobre a frequência desta experiência entre sociólogos e historiadores. Já o segundo, aborda a construção do distanciamento frente ao convívio familiar, no qual se depara frequentemente com a discrepância entre o que é narrado na entrevista e vivido no cotidiano. O distanciamento será pensado por meio da perspectiva da reconstrução da memória e, portanto, da identidade, mediante a noção de "pacto autobiográfico" que envolve o pesquisador e o narrador.

Palavras-chave: metodologia – vínculo familiar – memória – identidade – pacto autobiográfico

*Este texto foi originalmente apresentado no V Encontro Nacional de História Oral, – novembro de 1999 – Belo Horizonte – MG. A versão atual apresenta algumas modificações.

**Doutoranda em sociologia do programa de pós-graduação do Departamento de Sociologia FFLCH - USP

Introdução

Desde que foi abandonada, há muito tempo, a postura positivista de neutralidade em relação ao "objeto" de pesquisa, atribuindo-se-lhe o estatuto de sujeito e reconhecendo assim todas as implicações contidas na relação sujeito-sujeito no

processo de construção do conhecimento, as discussões metodológicas nas ciências sociais nos têm lançado em experiências e desafios cada vez maiores, cujo grau de dificuldade nos traz sempre novas questões a serem pensadas quanto ao distanciamento e à aproximação envolvidos nesses “contatos”.

Nesse contexto, procuramos discutir aqui um aspecto metodológico implicado no âmbito de uma recente pesquisa nossa¹, mas que ao mesmo tempo a extrapola ao observarmos sua recorrência em outros trabalhos, tanto de sociólogos quanto de historiadores: a existência de vínculo familiar entre “entrevistador” e “entrevistado”, “pesquisador” e “informante”, “ouvinte” e “narrador”².

Abordar o vínculo familiar entre pesquisadora/ouvinte e entrevistado/narrador – neste caso, entre filha e pai – no contexto de uma pesquisa acadêmica que envolvia a produção da memória teve motivações de ordens metodológica e ética. Embora essa discussão parta de uma experiência específica, não tem caráter particularista, bem como não se propõe a uma ambição generalizante. Trata-se antes de trazer à luz uma prática cada vez mais comum que não podemos tratar meramente como uma situação eventual, especial ou *sui generis* de pesquisa. Esses aspectos metodológicos e éticos que iremos expor colocam-se como parâmetros para a discussão – ressaltemos, de forma introdutória – da própria construção da legitimidade da pesquisa nessa situação de ligação familiar entre pesquisador e pesquisado no interior do campo acadêmico.

A questão de ordem metodológica surgiu das dificuldades presentes nessa experiência, entre as quais a possibilidade de construção do distanciamento numa situação em que a relação familiar pressupunha a existência de uma intimidade e de um passado comum. Isso significava trazer para a entrevista um “histórico” de afetos, que incluem também divergências e até conflitos de ordem ideológica e política vividos entre pai e filha. Isso nos defrontava com a delicada tarefa de “gerir” tais afetos no cotidiano familiar para que não “contaminassem” a entrevista e vice-versa.

¹ Trata-se de minha dissertação de mestrado, que procurou reconstruir a memória de migrantes nordestinos em São Paulo mediante entrevistas de história de vida: *Mobilidade social e cidadania: a construção da cidade e do cidadão na experiência de migrantes nordestinos que ascenderam socialmente em São Paulo*. São Paulo: FFLCH-USP, 1997.

² Apesar da correspondência aparente desses termos, eles se diferenciam na medida em que carregam pressupostos teóricos e metodológicos distintos ao focar a relação entre quem pesquisa e quem é “pesquisado”.

³ Foi o que pude observar em dois congressos do história oral de que participei, pelo menos em três trabalhos em fase de desenvolvimento envolvendo diretamente as próprias famílias dos pesquisadores. Além destes, destaco o trabalho de Thomson, Alistair, in. "Depoimentos. Ética e história oral". Projeto História, São Paulo, no 15, abril de 1997.

⁴ Embora essa não seja uma queixa amplamente representativa dos historiadores que trabalham com história oral, tais colocações me foram feitas por colegas que se deparavam com esses problemas, que, segundo eles, seriam mais bem enfrentados pelos sociólogos e antropólogos em razão da sua longa tradição da pesquisa de campo. É certo que a principal fonte do historiador desde sempre foi a pesquisa em arquivos, e não com pessoas, relação que começa a ser cada vez mais equilibrada em virtude dos avanços das investigações em história oral.

⁵ Lembramos aqui estas referências: Mintz, Sidney W. "Encontrando Taso, me descobrindo". *Dados*, 27(1), 1984; as contribuições da fenomenologia e etnometodologia (Goffmann e Schutz); a contribuição da psicanálise para a sociologia (Michelat, Guy. "Sobre a utilização da entrevista não-diretiva em sociologia". In: Thiollent, Michel. *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. São Paulo: Polis, 1987).

⁶ Exponho o meu próprio caso na universidade. No início do mestrado, desde 1991, omiti minha ligação familiar com um dos entrevistados, receando resistências quanto à validade ou legitimidade desse vínculo para a pesquisa sociológica. Rompi esse silêncio apenas no exame de qualificação, sem grandes repercussões.

Além disso, outro obstáculo se colocava quando da discrepância de algumas lembranças e opiniões do narrador, ou seja, quando havia uma precária correspondência entre o que se dizia na entrevista e fora dela, no cotidiano.

Em segundo lugar, pude observar, ainda que superficialmente, no convívio com colegas que trabalham com história oral e memória (mas não só), não ser rara a considerável influência – consciente ou não, assumida ou não – das origens familiares desses pesquisadores sobre a escolha dos seus temas, “objetos”, metodologias³.

Acerca dessas influências, é possível levantar aqui algumas hipóteses. Se no campo da história e memória a pesquisa que envolve o vínculo familiar não se constitui um tabu, há certa dificuldade em construir um instrumental metodológico para abordar a situação de distanciamento/aproximação na entrevista⁴. Já entre os sociólogos, embora a pesquisa de campo e a própria contribuição da antropologia forneçam todo esse instrumental para lidar com as situações “face-a-face”, a empatia e o estranhamento na entrevista⁵, a interpretação do universo social a partir da própria família converteu-se em tabu em face de um par de razões aventadas. A primeira diz respeito às “limitações” apontadas ao método de história de vida: seu “viés particularista” não permitiria interpretações mais abrangentes, que alcançassem a universalidade ou a totalidade social; não seria relevante sociologicamente; esboroaria as fronteiras da sociologia com a adoção de uma psicologia social. A segunda refere-se diretamente ao vínculo familiar, ao ameaçar a construção do distanciamento requerido pelo método e pela interpretação e, portanto, a legitimidade da pesquisa ou “seriedade” do pesquisador, trazendo para o âmbito público questões de domínio privado e pessoal⁶.

Como um desdobramento dessas hipóteses, levanto agora a questão de ordem ética. Se é de fato freqüente essa ligação dos pesquisadores com as origens familiares, além de refletirmos sobre a perda e a reconstrução (sempre inacabada) da experiência,

no sentido benjaminiano, em nossos narradores (os “entrevistados”), deveríamos também pensar sobre a existência e o sentido dessa perda entre nós mesmos, pesquisadores.

Poder-se-ia dizer que essa reflexão teria um local apropriado: a psicanálise. Concordamos. Mas no nosso caso trata-se de lançar um olhar sobre o significado desta perda (e o desejo de reparação) num contexto coletivo: o de nossa prática acadêmica – cujo exercício, paradoxalmente e em boa medida, requer isolamento – e os resultados e as conseqüências de nossos trabalhos.

Assim, repensar o lugar dos pesquisadores é também não esquecer as relações que estes estabelecem com o seu próprio passado, sua origem familiar e social, bem como indagar de que modo tais ligações constituem o seu trabalho, não estritamente no aspecto metodológico, mas como produtora de memória(s) e, portanto, de identidade(s) – sobre as quais, em geral, não nos ocupamos muito em refletir como parte da nossa produção intelectual. Essas relações implícitas podem ter um sentido (ou posicionamento) político que, por isso mesmo, não se permite deixar revelar explicitamente num trabalho acadêmico, sob a ameaça de que esta venha a “perder” a sua legitimidade (ou distanciamento). Isso nos instiga, como diria Benjamin, a escovar a contrapelo esses “bastidores de pesquisa” silenciados para encontrar o sentido político que muitas vezes é submergido no cuidado e distanciamento metodológico. Trata-se de buscar entender outros significados desse isolamento, interrompido quando estamos diante dos nossos narradores, de gravador em punho.

A discussão aqui apresentada será norteadada por essas questões, sem a pretensão de respondê-las, mas antes de problematizá-las.

O passado migrando entre o familiar e o acadêmico

Ao ter escolhido a migração e a ascensão social como tema de dissertação de mestrado, possuía certa intimidade com algumas das questões que apresentava, advindas de minha própria

experiência familiar. Meus pais, paraibanos, migraram na década de 1950 para São Paulo, onde Francisco, meu pai, trabalhou como vigia na Cia. Antarctica Paulista, da qual saiu para abrir, com o dinheiro da “indenização”, um negócio de tecidos com minha mãe, Edite. A partir daí, foi se consolidando a ascensão social da família, que viria a contar cinco filhos.

Ao investigar a bibliografia sobre o assunto, pude perceber – embora houvesse lembranças em comum entre os migrantes entrevistados nos estudos já consagrados⁷ e os meus familiares – um certo descolamento entre a interpretação que a academia dava a essas histórias (mediante determinados paradigmas teóricos e metodológicos⁸) e aquelas elaboradas por eles próprios sobre a sua experiência. Dessa constatação ressalto dois aspectos.

O primeiro diz respeito a esse descolamento entre a densidade do passado desses migrantes, transmitido por uma renitente tradição oral e preservado na memória familiar, e a atribuição de uma negatividade pelos discursos interpretativos produzidos na academia⁹. Ora, se a reconstrução do passado tem como referente o tempo presente e se dá por meio de um movimento de lembrança/esquecimento, podem-se abordar outros ângulos deixados à sombra na bibliografia existente. Não se trata, evidentemente, de deslegitimar esses estudos, pois isso seria desconsiderar as questões de ordem teórica e política postas pelo seu horizonte histórico-social e abordadas mediante paradigmas interpretativos próprios, nem sequer de tentar “preencher suas lacunas”, procurando uma história integral e totalizadora, pois são outras as perguntas que cada presente faz ao seu passado. Busca-se, na essência, retomar essa memória, bem como outras possibilidades de interpretação, ao realçar alguns contornos ao que talvez tenha sido tratado de maneira marginal.

Já o segundo aspecto relaciona-se ao lugar do pesquisador. Muitas das histórias captadas no gravador já faziam parte das lembranças de infância desta pesquisadora. Narradas no convívio familiar, eram para os olhos e ouvidos infantis um motivo de en-

⁷ Cito dois exemplos: sobre mobilidade social, *Trabalho e mobilidade*, organizado por Bertran Hutchinson (Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1960), e sobre migração, *A caminho da cidade*, de Eunice Durham (São Paulo: Perspectiva, 1984).

⁸ Refiro-me principalmente às análises estruturalistas.

⁹ Nos quais, grosso modo, o universo tradicional é visto como um entrave à modernização da sociedade brasileira.

cantamento que se renovava, por exemplo, nas festas de Natal e Ano Novo, aniversários, no cotidiano das refeições, nas visitas dos parentes, no contato com os vizinhos. Encantamento que significava adentrar um tempo e um lugar distantes: o universo fantasmagórico das almas, as histórias aterrorizantes de seres sobrenaturais, mortes de parto, afogamentos das lavadeiras, prodígios do cangaço – até a chegada à cidade, a vizinhança num bairro operário e assim por diante. Essas narrativas, a de um passado distante na terra de origem, no Nordeste, e a de um passado próximo, em São Paulo, formavam uma memória familiar e afetiva e reatualizavam uma rica tradição oral que, tão enraizada na cultura desses migrantes anônimos, parecia “estar no sangue”, como uma “segunda natureza”.

Portanto, quando Francisco retomava os fios de sua vida passada e contava a história sobre a terra natal, sua narrativa conduzia os filhos a um retorno no espaço e no tempo. Se um dia chegara a São Paulo sozinho, agora podia voltar à sua terra acompanhado de seus ouvintes. Transmitia, assim, sua cultura, partilhava sua experiência, refazia os fragmentos de sua identidade (e a de seus ouvintes), e, no ato de falar, lembrar seu passado, suas faltas, saudades, seus esquecimentos eram costurados ou reelaborados, e seus filhos faziam parte desse ato de tecer, ouvindo.

A “passagem” do olhar infantil para o olhar adulto da pesquisadora guarda esse passado comum, narrado, mas já é outra a relação com tais memórias. O olhar infantil que se espanta e se encanta com o novo, que o conhece, mas não entende, apenas sente, dá lugar a um olhar adulto, que não o esquece, ao ver em cada narrativa um antigo mundo novo ressurgir, mas já diferente, imobiliza seus fragmentos e deles faz também trabalho de reflexão.

Foi esse, portanto, um dos lugares em que a relação entre a pesquisadora e o narrador, Francisco, se constituiu. O ouvir/olhar da pesquisadora passa, assim, por uma dupla mediação: a do afeto e espanto da curiosidade infantil, do passado, e a

do desejo de interpretação balizado pelo aporte teórico no presente. Essa é a perspectiva que vai possibilitar a construção inicial do distanciamento/aproximação na relação de parentesco entre pesquisador e narrador. Silenciar sobre o posicionamento de ambos, a identidade da pesquisadora e a de Francisco, em nome de uma neutralidade axiológica, seria ignorar aquilo que é essencial no trabalho de pesquisa acadêmica: se tal relação é coadjuvante na produção do conteúdo e da forma de contar as narrativas, representa um elemento fundamental a constituir a própria interpretação.

O pacto autobiográfico

Abordar os aspectos metodológicos na produção da memória requer tratá-la para além do instrumental metodológico, o que implica entendê-la como um processo de reconstrução da identidade¹⁰. Isso nos leva a um segundo desdobramento, que se refere ao modo como essa reconstrução se realiza: não apenas como intercâmbio de papéis sociais (familiar, profissional etc.), mas envolvendo a construção de uma personagem mediante o que Philippe Lejeune chama de “pacto autobiográfico”¹¹, que abrange a relação entre autor/narrador¹² (sujeito da enunciação), personagem (sujeito do enunciado) e ouvinte, bem como o tempo da enunciação (presente) e o do enunciado (passado). Acrescentaria a esses aspectos a partilha do vínculo familiar e de pesquisa (a oscilação entre as figuras da filha/pesquisadora/ouvinte e entre as figuras do pai/narrador); o lugar (à época da pesquisa ambos moravam na mesma casa); as regras (as normas implícitas e explícitas que organizam a relação de ambos no cotidiano familiar e da pesquisa); o tempo (a relação entre o momento extra-cotidiano da entrevista e, portanto, da pesquisa, e a convivência cotidiana familiar extra-entrevista).

O pacto autobiográfico ocorre quando aquele que conta a sua história de vida busca uma identificação ou uma estreita cor-

¹⁰ Cf. Pollak, M. “Memória, esquecimento, silêncio”. *Estudos Históricos*, 2(3), 1989.

¹¹ Essa noção de Lejeune foi trabalhada por Verena Alberti no campo da produção literária (“Literatura e autobiografia: a questão do sujeito na narrativa”. *Estudos Históricos*, 4(7), 1991).

¹² *Ibidem*. No contexto da narrativa biográfica construída na entrevista, autor e narrador se configuram numa mesma instância, ao contrário da ficção literária, em que são distintos.

respondência entre o sujeito da enunciação (o autor/narrador que conta sua história no tempo presente) e o sujeito do enunciado (o sujeito sobre o qual se fala – ele mesmo –, a pessoa que emerge do tempo passado). Isso porque não se dá uma identidade “plena” entre autor/narrador – que fala no tempo presente – e aquele que emerge do tempo passado, pois este último não surge tal qual foi, mas recortado por lacunas, esquecimentos, omissões, imprecisões, emergindo assim como uma personagem. Institui-se, portanto, uma relação de semelhança entre autor/narrador e personagem, mas que não significa falsificação ou pura invenção imaginária, como ocorre na ficção literária, já que o autor/narrador, ao estabelecer como objetivo precípua na autobiografia a articulação de uma síntese e de um sentido aos fragmentos de sua vida, demanda *exatidão e significação* em sua narrativa. Essa dupla exigência busca uma *fixação*, a construção de uma imagem de si mesmo, mas que, contraditoriamente, se constitui numa semelhança entre o que “fui” e o que “sou”¹³.

À medida que essa história é narrada, ou seja, é feita para ser lida ou ouvida, “o autor não se significa apenas para si mesmo, mas também para os outros”¹⁴, processando-se assim o pacto autobiográfico, já que o autor busca não apenas tornar a articulação dos fragmentos de sua vida inteligível para si mesmo, mas também para o outro, forjando uma coerência entre o que o eu é para si e o que é para o outro¹⁵.

Abordar a reconstrução da identidade enquanto construção de uma personagem por meio do pacto autobiográfico permitiu-nos delinear a produção do passado para além de uma perspectiva objetivista e/ou moral, que toma os critérios do falso/verdadeiro com o objetivo de julgar a narrativa. Trata-se, antes, de reconhecer nas distorções, nos ocultamentos e desmentidos presentes nas lembranças discrepantes a possibilidade de o narrador constituir uma coerência entre o narrado e a imagem que ele construiu para si mesmo e para o pesquisador – coerência que extrapola a precisão (sempre precária) do passado tal qual foi, mas que fixa um sentido à personagem

¹³ Ibidem.

¹⁴ Ibidem.

¹⁵ Ibidem.

construída. Dessa forma, se tal narrativa se constitui para um outro, a imagem deste outro está ancorada por papéis ou identidades sociais baseadas no gênero, idade, profissão, parentesco, classe social etc., que, portanto, passam a se constituir como elementos atuantes, intervenientes na construção dessa narrativa.

Esse pacto autobiográfico vai se realizar, portanto, por intermédio da gestão das lembranças¹⁶, segredos/revelações, verdades/mentiras, mas também do estranhamento/intimidade, conflitos/consensos, numa situação em que autor/narrador, personagem e ouvinte, embora se apresentem com identidades distintas como qualquer situação de pesquisa, partilham de um passado comum – o familiar.

“Não conte mais nem menos”

Revolvendo antigas rugas conjugais – era assim que a pesquisadora se sentia quando a entrevista com Francisco era realizada na presença de sua esposa, minha mãe. Quando ele rememorava determinado acontecimento familiar, o conflito se instaurava mediante ironias e questionamentos de Edite sobre a parcialidade das lembranças. Foi o que ocorreu a Francisco ao rememorar seu cotidiano de trabalho e namoro quando jovem:

Francisco: Trabalhava até oito horas da noite, e aí fechava e ia pra casa. Ficava por ali às vezes namorando com esse pre-sepe aí... (em tom de brincadeira).

Entrevistadora: Mas o senhor não...

Edite: Namorando?! Conta aquela história que você um dia me deu um fora sem... sem eu.

Francisco: Não, é... é outra conversa. Aí é outro assunto.

Edite: Ah, ele não conta. Ele só conta o que lhe convém. Ah, Verônica, por isso que minhas entrevistas acho que seriam muito melhores, porque eu contava... contava as falsidades dele...

¹⁶ Cf. Pollak, op. cit.

Em outro contexto, o narrador lembra da necessidade de desmanchar o noivado sob pressões do sogro e é aparteado:

Edite: Conte a história direito, conte tudo direitinho, como foi. Não conte mais nem menos.

Francisco: Aí ele com muita besteira, muito arrogante...

Edite: Muito rompante...

Francisco: Com a patente de fazendeiro. Você sabe que o fazendeiro lá no Norte... coronel é o coronel, é ele! Hoje está mudado, mas não mudado muito. Era ele que falava uma coisa e até logo. Então um cara que não tinha..., no meu caso, era um...

Edite: Deixa de se fazer de vítima, de coitadinho!

Francisco: Não, mas não era se fazer de vítima não, era uma verdade.

Edite: Isso é uma entrevista ou falação da vida dos outros?

A esposa contradiz as narrativas do marido acerca do namoro, trazendo à lembrança o término do namoro por ele. É interessante notar que Francisco não nega o acontecimento não lembrado por ele, apenas afirma tratar-se de uma “outra conversa”, uma outra história. A esposa responde com um misto de ressentimento e ironia.

Para os narradores, a oscilação entre esquecimento e lembrança de um mesmo acontecimento partilhado no passado vai levar a um julgamento moral a partir dos critérios de falso e verdadeiro, os quais vão legitimar ou não a imagem que cada narrador tem do passado e, assim, definir a imagem que cada um tem de si e do outro. O que está por trás dessa relação é o que Pollak¹⁷ caracteriza como uma disputa em torno das lembranças, ou seja, a emergência de divergências e conflitos entre as testemunhas de um mesmo acontecimento rememorado. Essa disputa já estava latente na advertência da esposa ao marido instando-o a contar “tudo direitinho, como foi”, “nem mais nem menos”.

¹⁷ Ibidem.

A exatidão solicitada nascia da divergência entre a sua lembrança e a do marido em torno do conflito com o sogro. Em virtude dessa divergência, a esposa passa a atribuir-lhe uma imagem de “vítima”, de acordo com a forma como ela via as lembranças sendo narradas e a personagem de Francisco construída. Então o narrador se defende, reivindicando a “verdade” de suas narrativas em face do tom jocoso da identidade atribuída pela esposa.

Num momento posterior, solicitei a Edite que narrasse então suas lembranças, mas ela se negou veementemente, dizendo que caso contasse a sua vida iria dizer muitas “verdades”, ou uma outra história, e que por isso preferia calar-se. Como nota Caldeira¹⁸, no “ato de solicitar a alguém que relate a sua vida está contido (para o entrevistado, mesmo que o entrevistador possa não estar consciente disso ou não seja sua intenção fazê-lo) um reconhecimento da individualidade, um respeito àquela vida; afinal, não é qualquer vida que se está pedindo para relatar, mas uma vida particular, a sua vida”. Embora esse reconhecimento talvez estivesse implícito para Edite, o que parece é que ela não estava assente ou reconciliada com o seu passado, preferindo o papel de coadjuvante do marido, fosse para tentar “desmenti-lo”, fosse para confirmar e auxiliar as suas lembranças, como ocorreu em outros momentos.

As “mentiras” ideológicas

Muitas vezes a entrevista para um trabalho acadêmico significa para o narrador o reconhecimento de sua inteligência e experiência, implicando assim um sinal de distinção e ganho de capital cultural e simbólico¹⁹. No entanto, essa relação pode se dar de forma inversa em alguns momentos e o entendimento desta inversão nos remete necessariamente aos atributos envolvidos nos papéis sociais.

Para Francisco, as identidades de pesquisadora/filha e narrador/pai muitas vezes abriam um fosso entre o que se dizia na entrevista e o que se discutia no cotidiano familiar. Se numa discussão sobre política travada na intimidade familiar as posições

¹⁸ Caldeira, Teresa. “Uma incursão pelo lado ‘não respeitável da pesquisa de campo’”. In: Almeida, Maria Hermínia T. e outros. *Trabalho e cultura no Brasil*. Recife/Brasília: Anpocs/CNPq.

¹⁹ Cf. Bourdieu, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1987.

ideológicas eram bem demarcadas (divergentes e até mesmo conflituosas) e expressas sem censuras, já no momento da entrevista o papel de pesquisadora ganhava ascendência em relação ao de filha, e a associação entre poder e saber (filha universitária e pai que cursou apenas o primário) acabava por atribuir certa autoridade à pesquisadora. Isso inibia as opiniões de Francisco que eram não apenas divergentes, mas já conhecidas pela pesquisadora.

Entrevistadora: O senhor está falando em direitos. O que o senhor acha da Constituição, da Constituinte? Ela mudou alguma coisa no país, não mudou?

Francisco: Olha, eu não tenho bem conhecimento assim, porque você sabe, porque é muito complexo, a gente tem que ter... Eu sou um homem que não tenho estudo para isso, não é?

Entrevistadora: Mas eu quero saber sua opinião, independentemente de...

Francisco: Minha opinião é que a Constituinte, por exemplo, é muito boa porque nos dá direitos como cidadãos, nós ficamos mais assim, vistos. Mas tem muitas coisas dentro da Constituinte que são, às vezes, falhas, mas...

Na intimidade familiar, porém, as opiniões de Francisco sobre a Constituição de 1988 eram defendidas com uma clareza e um fervor irrepreensíveis, independentemente do “seu estudo”, como alguém que tinha “conhecimento de causa”: ela literalmente “não prestava”. Já na entrevista ele não apenas se mantém tímido para opinar, embora cite as “falhas”, como também emite uma posição contrária à que costumava manifestar cotidianamente.

Essa “mudança” de opinião se acentuava quando se passava do tema dos direitos para o das preferências eleitorais, em que a divergência ideológica com a filha, na intimidade familiar, era ainda mais acirrada:

Entrevistadora: Mas por que o senhor vota no Maluf? Qual é

a principal razão, motivação, que faz o senhor escolher o Maluf?

Francisco: Não, para melhor te falar, eu acho que eu não votei em Maluf até... Eu não lembro que eu votei em Maluf não. Se não me falha... Eu não me lembro se foi para governador... Uma vez só que eu votei nele.

Assim, os sucessivos votos em Maluf e a constante defesa desse político, antes manifestos, são simplesmente desmentidos na entrevista. Por que “mentir” ou “esquecer” a sua forte identificação com uma liderança política de direita no momento da entrevista? Numa conclusão mais apressada, poder-se-ia dizer que o narrador estava “mentindo” para a pesquisadora aquilo que a filha já sabia. Ou poderíamos recorrer à história, afirmando não se tratar de uma “mentira”, pois o candidato já havia sido nomeado governador “biônico”. Mas essas hipóteses não respondem à nossa questão. Para melhor interpretá-la, vamos antes destacar o modo como se deu essa relação entre mim e Francisco.

Durante as entrevistas, pouco a pouco foi se estabelecendo um acordo implícito entre o narrador e a ouvinte, cuja base estava na construção de identidades. Para Francisco, a filha universitária foi aos poucos se constituindo como pesquisadora, e para esta o pai convertia-se em “informante”. Essa construção da identidade de ambos teve como base alguns atributos – o grau universitário (da pesquisadora), a experiência/conhecimento de vida (do entrevistado) –, assim como algumas regras estabelecidas pela pesquisadora, com o claro objetivo de demarcar as fronteiras – muitas vezes fluidas – entre uma simples conversa familiar e uma entrevista.

A “passagem” de filha à pesquisadora pode ser descrita da seguinte forma: um membro da família se deteve nas suas histórias e as tirou do fluxo da narrativa familiar, privado, compartilhado nos momentos de distensão, lazer, dotando-as de um significado cujo interesse estava para além da família, tornando-as objeto

de reflexão e interpretação a partir de outro código – o do conhecimento acadêmico. Essa experiência desdobrou a conversa familiar em relação formal – a entrevista –, em que a figura da pesquisadora já não era apenas a da filha que escutava, como um dos irmãos, mas a de alguém que trazia um saber de fora – fruto do investimento familiar – e a partir dessa perspectiva dava um novo significado, ou um novo status, àquelas histórias.

Como então portar-se a pesquisadora diante daquelas narrativas conhecidas (e muitas nem tanto) se também partilhava, como membro da família, de um passado e, portanto, uma memória comum?

Em todas as sessões de entrevistas permiti que as narrativas fluíssem, ainda que houvesse um roteiro prévio. Essa liberdade, pontuada sempre pelas interrogações que suscitavam as narrativas, assim como pelas questões do roteiro, teve importância fundamental para captar os *leitmotifs*²⁰ de cada história de vida e o sentido que cada narrador estava dando ao seu passado, à sua narrativa e, portanto, à reconstrução da sua identidade. No caso de Francisco, porém, essa liberdade, certamente relativa, tinha como pressuposto o fato de que a pesquisadora privava de sua intimidade e, assim, dele fazia uma imagem preconcebida. É aqui retomamos o tema da “mentira”, do esquecimento de “ser malufista”.

A divergência ideológica (que abriria um abismo entre pesquisadora/filha e narrador/pai) implicou a adoção de uma estratégia de pesquisa. Em primeiro lugar, as discussões sobre política no cotidiano familiar foram “controladas” pela pesquisadora, ou seja, houve a iniciativa de expor o “mínimo” possível de minhas opiniões sobre temas controversos e evitar embates ideológicos. Essa orientação tinha como pressuposto um histórico conflituoso entre ambos que poderia agravar-se a tal ponto que inviabilizaria a exposição das opiniões de Francisco na entrevista. Como contrapartida, deixei que as suas lembranças fossem reconstruídas espontaneamente, e isso significava possibilitar que a narrativa se desdobrasse basicamente em torno da história da vida privada. A partir dela, a memória política emergia sem mi-

²⁰ Cf. Pollak, op. cit.

na intervenção.

Essa estratégia procurava dar conta de dois registros: um quanto à relação pai/filha e, portanto, à vida privada e à política, e outro quanto à relação pesquisadora/narrador e, portanto, à relação poder/saber na pesquisa. O primeiro registro está ligado à figura predominante do homem – o pai, marido –, ao trazer as questões que dizem respeito à experiência no universo público para o interior da esfera privada, destacando assim a sua importância na politização dos membros da família, tornando o universo doméstico um microespaço no qual o discurso e a divergência políticos são encenados.

Já o segundo diz respeito à introdução do conhecimento acadêmico em tal relação, terminando por conceder uma forma de poder a um dos lados, o da pesquisadora, numa relação que até então era relativamente igualitária. No momento da entrevista isso transparecia mediante os “esquecimentos” ou “mentiras”, conforme apontado, ou a relativização ao emitir opiniões que até então eram consolidadas:

Francisco: Olha, se estou errado ou se estou certo, eu vi esse país funcionar um pouquinho mais no regime militar.

Aos poucos, as diferenças entre o narrador e a pesquisadora eram demarcadas. As regras que orientaram as entrevistas terminaram por adentrar o cotidiano familiar: firmou-se um acordo implícito de “não-agressão”, ou seja, evitar discussões sobre política, até para sustentar a situação da pesquisa. Se esse pacto pressupunha a existência da relação poder-saber, capaz de minar o processo da entrevista, a ética da pesquisadora quanto ao narrador e a intimidade/afetividade entre ambos, que se fortalecia paulatinamente, terminavam por ser um contraponto que garantia a manutenção do diálogo e, paradoxalmente, a construção do estranhamento e distanciamento.

Portanto, “esquecer-se” de votar em Paulo Maluf e até mesmo concordar com a Constituição/Constituinte e os direitos humanos – “meias-verdades” do momento da entrevista que

eram “desmentidas” no cotidiano familiar – significava para Francisco dar uma coerência à imagem que ele criava de si mesmo para a pesquisadora, a de um “conservador justo”, correlata a uma espécie de epopéia da ascensão social, emergente na personagem recriada na narrativa sobre um passado pontuado pelo sofrimento, trabalho, pela migração e luta – o que não poderia se adequar a uma imagem negativa, relacionada à posição de “direita”, associada a um forte estigma, como apontou Pierucci²¹. Mas, além disso, esse desmentido guarda outro significado e se refere à quebra das regras que “organizavam” a entrevista: naquele momento o acordo estabelecido foi rompido pela própria pesquisadora, involuntariamente. Em vez de perguntar: “Em quem o senhor costuma votar hoje em dia?”, perguntou: “O senhor vota no Maluf, não é?”. A filha (com a imagem já conhecida do pai) “invadiu” o terreno da pesquisadora (que, supostamente, não deveria conhecer essa imagem de antemão), criando um embaraço para o narrador.

“Acidentes” à parte, ainda assim as suas opiniões, embora “intimidadas” pela posição ideológica da pesquisadora, associada ao saber acadêmico, eram incapazes de ser encobertas, pois sempre afloravam “espremidas” nas entrelinhas (“uma vez só que votei nele”, as “falhas” da Constituinte...). E essas opiniões eram corroboradas pela “evidência” da história vivida pelo narrador: “Olha, se estou errado ou se estou certo, *eu* vi esse país funcionar um pouquinho mais no regime militar”. Frente à interlocutora, que representa o conhecimento acadêmico, coloca-se o seu testemunho, a sua experiência (“eu vi”), o que poderia nos levar a refletir, em outro contexto, sobre os significados que afloram no conflito presente em torno da enunciação da história²².

Conclusões

Pensar a metodologia de pesquisa não como um *a priori*, mas como um lenço acontecer requer uma reflexão sobre as motivações de nos engajarmos num projeto que consome alguns anos

²¹ Pierucci, Antônio F. “As bases da nova direita”. *Novos Estudos Cebrap*, nº 19, 1987.

²² Ver Rancière, Jacques. *Os nomes da história: um ensaio da poética do saber*. São Paulo: Educ/Pontes, 1994.

de nossas vidas. Requer repensar o registro dessas motivações para além das preferências pessoais do pesquisador, ou, no outro extremo, da relevância social da pesquisa. Entre o particular e o geral muitas vezes deixamos uma lacuna, e é justamente nela que se encontra a mediação fundamental, o chão da experiência que liga a história pessoal do pesquisador a uma história pública, coletiva, a ser interpretada, a afetividade ao conhecimento teórico (o qual também pressupõe paixões, as quais somos orientados a reelaborar). É essa mediação que procuramos problematizar ao pensar o familiar e privado e o coletivo e público, e que se transforma numa lacuna em muitos trabalhos justamente pelo “temor” do pesquisador em se deixar levar por supostas armadilhas do não-distanciamento: o encantamento, o engajamento, a afetividade em relação ao seu “objeto”. No caso “extremo”, quando o sujeito “pesquisado” pressupõe diretamente o vínculo familiar, este “temor” se transforma num problema quase intransponível, como relatam alguns colegas que passam por essa situação, ou num silenciamento – como o que ocorreu comigo própria ao permanecer anos sem mencionar este fato na academia.

Assim, pensar essa situação não apenas requer os instrumentos teóricos já prontos, a exemplo da noção de pacto autobiográfico aqui utilizada, mas nos convida, para lembrar W. Mills, ao exercício de nossa imaginação sociológica, à recriação do método quando ele não se põe acabado (se é que isso de fato já existiu), refletindo sobre todos os “equivocos” e “constrangimentos” que somente as relações humanas – o nosso “objeto” – podem produzir. Ao revés da imagem cartesiana de que esses desvios podem revelar uma “imperícia” do pesquisador, ou “não-entendimento” do entrevistado, pensamos que eles revelam caminhos outros, atalhos, fronteiras, enfim (para retomar uma imagem benjaminiana), labirintos – sem Minotauro – à espera de serem percorridos e cartografados no nosso mapa metodológico. Em meio a esses labirintos despertamos para a forma como se dá a comunicação entre a interpretação que os sujeitos imprimem, como nos lembra Hannah Arendt, sobre a sua experiência no mundo e

aquela que a academia produz sobre esse mesmo lugar, o qual também ocupamos.

A oscilação entre distanciamento e aproximação, portanto, exige pensar não apenas as mentiras, o vínculo familiar e o gravador – para usar as imagens aqui discutidas –, mas os seus *sentidos* subjacentes produzidos nos caminhos labirínticos da construção do conhecimento.

Abstract: This article discusses some methodological aspects of the familiar relationship between researcher and the research object. Two questions will be discussed: the hypothesis about the occurrence of this experience among sociologists and historians, and the building of impartiality face the familiar life, when is usual the discrepancy between the interview and the everyday life. So, the impartiality is possible through the perspective of remembering, and so, the rebuilding identity process, by the "autobiographical pact".

Uniterms: methodology, family, remembering, identity, autobiographical pact.

Bibliografia

- ALBERTI, Verena. *"Literatura e autobiografia: a questão do sujeito na narrativa"*. Estudos Históricos, 4(7), 1991.
- BENJAMIN, Walter. *O Narrador: Obras escolhidas. Magia e técnica, arte e política*. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- Bourdieu, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1987.
- CALDEIRA, Teresa. *"Uma incursão pelo lado 'não respeitável da pesquisa de campo'"*. In: Almeida, Maria Hermínia T. e outros. *Trabalho e cultura no Brasil*. Recife/Brasília: Anpocs/CNPq.
- POLLAK, Michael. *"Memória, esquecimento, silêncio"*. Estudos Históricos, 2(3), 1989.
- PIERUCCI, Antônio F. *"As bases da nova direita"*. Novos Estudos Cebrap, no 19, 1987.
- RANCIÈRE, Jacques. *Os nomes da história. Um ensaio da poética do saber*. São Paulo: Educ/Pontes, 1994